



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 05/2019

Data da Sessão Ordinária

25 de Setembro de 2019

Início

20:30 horas

Termo

23:22 horas

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo cento e vinte e nove, de dez de setembro de dois mil e dezanove.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Senhora Deputada Ana Margarida de Oliveira Varino (CDU) tinha justificado a sua falta, tendo sido convocada para ocupar o lugar a Senhora Ana Sofia Neto de Sousa.-----

Nesta sessão compareceram os seguintes Deputados Municipais: António Luís Fernandes Mendes, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Carla Alexandra Pereira Silvério, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Natércio Francisco Canelhas Candeias, Rui Manuel Ferreira, Maria do Rosário Costa Martins, Carmen Dolores Gomes da Silva, Pedro José Lopes Pereira, Rogério Paulo de Sousa Palácio, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Ana Sofia Neto de Sousa, Vanessa Isabel Nascimento Almeida e Luís Manuel Marques Rodrigues. Estiveram igualmente presentes o seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: - José Manuel Sequeira da Rita, Ana Luisa Cartaxo Manique e José Manuel Ricardo.-----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pelo Senhor Vice-Presidente, Jorge Manuel Louro Pereira e pelas Senhoras Vereadoras Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, Ana Filipa Alves Nuno Rosa Montalvo e Sónia Cristina Marques Varino. Também estiveram presentes para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, o Senhor Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos e o Senhor Daniel Oliveira, Técnico de Informática no apoio logístico à Assembleia Municipal, todos funcionários da Autarquia.-----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária – Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Segunda Secretária – Carla Alexandra Pereira Silvério.-----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

Em seguida iniciou os trabalhos com o Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por dar a conhecer o expediente

recebido entre o dia vinte e oito de junho de dois mil e dezanove, até ao presente dia e, informou que existiam duas atas para analisar e colocar a aprovação. Atas de vinte e dois de fevereiro e de dezoito de abril de dois mil e dezanove.-----

Relativamente à Ata de vinte e dois de fevereiro questionou as Senhoras e os Senhores Deputadas e Presidentes de Junta de Freguesia, se tinham alguma correção a fazer.-----

O Senhor Deputado Joaquim Santos (CDU) pediu a palavra, para referir que a sua intervenção no respeitante aos critérios de atribuição de verbas do Município para as Freguesias pela nova descentralização de competência, tinha sido mais extensa e as dúvidas que tinha colocado não estavam relatadas na Ata, como era o caso dos valores atribuídos à Freguesia de Montalvo.-----

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu, referindo que era normal fazer-se um resumo e, poderia por lapso, deixar algum comentário considerado importante por referir. Iria analisar a gravação e introduzir a intervenção na Ata.-----

Posta a Ata de vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezanove a votação, esta foi aprovada por unanimidade com a alteração sugerida e aceite pela Mesa.-----

Passando de seguida à Ata de dezoito de abril de dois mil e dezanove, o Senhor Presidente da Assembleia questionou a Assembleia se pretendiam fazer alguma intervenção.-----

Não havendo intervenções e colocada a Ata a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

O Senhor Presidente da Assembleia questionou as Senhoras e os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma intervenção neste período Antes da Ordem do Dia.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Costa (PS) para um pedido de esclarecimento sobre a resposta que tinha sido dada pelo Ministério da Defesa, à Moção apresentada em junho e aprovada nesta Assembleia sobre os taludes da Estrada Militar em Santa Margarida, questionando o Senhor Presidente da Câmara Municipal se já existia algum esclarecimento sobre a necessidade da autorização do proprietário do terreno.-----

Pediu a palavra, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal se tinha conhecimento da origem dos maus cheiros que na semana anterior tinham afetado a freguesia de Santa Margarida da Coutada e, se já tinham sido tomadas algumas medidas.-----

Pediu também a palavra, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, para congratular a Câmara Municipal pelo início da requalificação do Parque Infantil do Jardim Dr. Luís Soares. Finalmente estavam a retirar os equipamentos que estavam em mau estado, assim, gostaria de saber para quando o começo das obras e, se até ao final do ano teriam a oportunidade de ver as crianças a brincar por ali.-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Constância pediu a palavra para referir que tinha feito uma pesquisa rápida na internet, encontrando várias referências descritivas e elogiosas sobre Constância, que passou a ler; -“ Constância é uma bonita Vila, sede de concelho, situada no centro do País, situada entre os bonitos rios Tejo e Zêzere, numa espécie de península muitas vezes apelidada de Vila Poema por ter sido local de residência do grande poeta português Luís de Camões, que nela se terá inspirado para algumas das suas obras. Constância ergue-se orgulhosa de branco vestido pela encosta acima, com a pureza dos rios a seus pés, das suas estreitas ruas de branco caiadas respira-se história, alegradas por flores, cores, paz e espírito, a sua antiga história está insolavelmente ligada a estes dois importantes rios que banham a outrora apelidada de Punhete, onde viveram iberos, romanos, visigodos e mouros.-----

Constância viveu muito do transporte fluvial, da construção e da reparação naval e da pesca. A sua realidade alterou-se com a chegada do caminho-de-ferro no século XIX, do transporte rodoviário em meados do século XX e com a construção das barragens que a circundam, virando-se cada vez mais para a indústria turística.-----

O seu rico património apresenta monumentos como a sobranceira igreja Nossa senhora dos Mártires com um teto pintado por José Malhoa, de onde se tem uma vista panorâmica e, outros como a igreja da Misericórdia do século XVII; as igrejas de Santo António e São Julião; a Casa Memória de Camões onde terá o poeta vivido entre 1547 e 1550; o Pelourinho da Vila; a Ponte Metálica sobre o Rio Zêzere, importante obra de Gustavo Eiffel. Constância é afamada pelas suas festividades, Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem na Páscoa, quando a Vila se enfeita de papeis coloridos e animação pelas ruas. O ponto alto é na segunda-feira com a procissão dos barcos ornamentados subindo os Rios culminando com a sua bênção. Igualmente famosas, são as Pomonas Camonianas que têm lugar no dia dez de Junho, retratando a época medieval e prestando toda a Vila, homenagem a Luís de Camões.”- Depois deste enquadramento histórico, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Constância referiu que era público e notório que a Freguesia e a Vila mantinham estável a sua população mas, tinham cada vez menos jovens e mais seniores. A proximidade aos rios e o que se podia obter a partir deles era imensurável; as descidas de canoa, a areia junto ao leito do rio que lhe conferia condições excepcionais para uma possível praia fluvial (que até já aparecia indicada no Google), esperando que fosse futurologia que se viesse a concretizar, sendo frequente no verão verem-se pessoas em fato de banho a desfrutar destas condições, pelo que, pretendia questionar o Senhor Presidente da Câmara, para quando a realização deste anseio, a criação das condições para poderem ter uma praia fluvial com condições dignas para os

que faziam canoagem, com regularização do trânsito e estacionamento junto à praia do Zêzere ou junto ao Zêzere, com a recuperação do Campo de Ténis, com uma definição clara da zona de lazer e de piqueniques por forma a poderem estender uma toalha na areia ou na relva e não levar com os fumos ou os cheiros de quem ali ao lado fazia o seu churrasco-----

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu as questões colocadas, começando pela questão apresentada pela Senhora Deputada Isabel Farinha, referindo que a resposta que tinha vindo do Ministério da Defesa sobre os taludes da Estrada Militar, vincava bem que se tratava de terrenos privados em que o Exército tinha apenas a responsabilidade sobre a estrada em si mesmo. Tinham efetivamente existido outros desenvolvimentos, finalmente o proprietário tinha assinado uma declaração na qual autorizava o Exército a intervencionar os taludes. Referiu ter-se tratado de um assunto complicado e moroso onde tinha sido necessário um tratamento com “pinças” porque em determinada altura se não tivessem tido a calma e moderação que tiveram, entre o Exército e o proprietário do terreno, provavelmente o que aconteceria era o Exército não fazer a intervenção por se tratar de um terreno particular e ser o particular a fazê-lo. Esta situação em vez de se arrastar por quase um ano, arrastar-se-ia por dois, três ou quatro, criando-se um litígio entre o Exército e o proprietário que não levava à resolução daquela situação. Disse ter estado numa reunião realizada na Brigada Mecanizada e na qual o proprietário tinha assinado a declaração a autorizar a entrada no seu terreno e, ficado definido que autorizava a entrada do Exército mas, teria que existir uma definição clara do que era propriedade do Exército e propriedade do particular, visto existirem uma quantidade de marcos ao longo da estrada militar, uns derrubados, outros em falta. O que tinha sido transmitido pelo Exército foi de que durante o mês de outubro iniciariam a intervenção. O Senhor Presidente da Câmara referiu ainda ter solicitado que lhe fosse enviada uma calendarização dos trabalhos e que a mesma ainda não lhe tinha sido enviada.-----

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida sobre os maus cheiros que se fizeram sentir em Santa Margarida, referiu que logo que os cheiros se começaram a sentir, tinha remetido uma comunicação à APA (Agência Portuguesa do Ambiente) a pedir um esclarecimento sobre a situação. Disse ter conhecimento que alguns habitantes de Santa Margarida, nomeadamente Malpique, tinham feito queixa junto da GNR (Guarda Nacional Republicana), tendo estes ido ao local. Não tinha qualquer resposta da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) relativa aos maus cheiros mas, da averiguação visual que tinha feito, tudo levava a crer que os maus cheiros viriam de uma lamas que tinham sido colocadas na Quinta do Carvalhal, para fertilização

das terras.-----

Quanto à questão apresentada pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, sobre o Parque Infantil, disse terem iniciado a sua demolição com meios próprios da Câmara Municipal pois, quando lançaram o procedimento, esse procedimento tinha ficado deserto e tiveram que lançar um novo que tinha ido para a rua no dia anterior.-----

Agora, o município com meios próprios iria fazer a demolição daquele espaço e preparar as caixas com o “ tout-venant” necessário, deixando o espaço preparado. A parte da empreitada por uma empresa exterior seria a colocação do piso e os equipamentos novos. O Parque ficaria com uma nova zona onde seria colocado betão e uma tabela de basquete que seria mais uma valência para o espaço.-----

Referiu ainda não se comprometer com prazos para a sua conclusão porque lançados os procedimentos, poderiam não aparecer empresas, como já tinha acontecido com o Açude de Santa Margarida e com a ETAR de Montalvo. Se tudo acontecesse normalmente, o prazo de execução da obra era de sessenta dias e se não fosse no final do ano, no início do novo ano o Parque Infantil Dr. Luís Soares estaria requalificado.-----

Relativamente à questão apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Constância sobre as potencialidades de Constância, em particular da zona ribeirinha, deu conta de que o município já tinha em desenvolvimento um projeto para uma praia fluvial. Já tinha uma proposta preliminar desse mesmo projeto, validada pelos três membros do executivo com pelouros e que, a Senhora Vereadora o acompanhava mais de perto. A empresa estava a desenvolver o projeto e com isto não pretendia criar falsas expectativas. Aquela zona junto ao rio Zêzere tinha a jurisdição da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), teriam que apresentar a proposta a essas duas entidades e obterem das mesmas parecer positivo, depois, procurar uma linha de financiamento dos fundos comunitários que se enquadrasse. Estavam a trabalhar nele, e todos concordavam que aquele espaço podia ser requalificado e merecia uma praia fluvial. Embora usada como tal, não era uma praia fluvial, era uma zona de areal que as pessoas usavam por sua própria responsabilidade e sinal disso, era o facto de todos os anos a APA, enviar cartazes que eram colocados referindo que “*Não eram aconselhados banhos naquele espaço*” porque não era uma praia fluvial. Não tinha vigilância nem sequer condições para tal. Referiu que nesse projeto da praia fluvial, seria definida a organização do trânsito no parque de estacionamento porque era uma necessidade definir claramente sítio para pesados, sítio para ligeiros e sítio para entrada e saída de viaturas. Quanto às questões relativas à zona do piquenique ou do churrasco, era uma questão que teria que ser analisada. O campo de Ténis tinha sido

mantido limpo e em condições de ser utilizado, era um equipamento em estudo, se requalificado como campo de ténis ou outro tipo de equipamento a colocar naquele espaço.-----

A Senhora Deputada Maria do Rosário Martins (CDU) pediu a palavra para apresentar uma saudação pelos quarenta anos do Serviço Nacional de Saúde; - “ SAUDAÇÃO – 40 Anos de Serviço Nacional de Saúde. Comemorou-se no passado dia 15 de Setembro o 40º Aniversário do Serviço Nacional de Saúde. A audácia dos seus criadores proporcionou uma das mais importantes conquistas do regime democrático e um importante pilar da sua legitimação. A grande reforma do SNS, idealizada por António Arnaut, permitiu que o acesso a cuidados de saúde passasse a ser geral, universal e gratuito pela primeira vez em Portugal. Universal, por garantir a todos os cidadãos portugueses, sem exceção, o direito de acesso à saúde, independentemente da sua condição económica e social.-----

O SNS envolve todos os cuidados integrados de saúde, promovendo a vigilância da saúde, a prevenção da doença, o diagnóstico e tratamento. Tornou-se gratuito, sendo financiado pelos contribuintes, passando a ser um serviço público para todos, independentemente da capacidade financeira, da condição perante o trabalho, da região ou da residência do cidadão.-----

Apesar de muitos ataques, através da redução de financiamento, em 2017 investiu-se menos no SNS que em 2002, na desvalorização de todos os que trabalham em todos os serviços de saúde, na promoção dos privados e do financiamento público, o SNS continua a resistir e a ser um serviço público imprescindível e um exemplo para quase todos os países do mundo. É desejável que em véspera de eleições legislativas, alguns dos nossos governantes que tanto dizem defender o SNS, organizem e disponibilizem recursos humanos e materiais para uma efetiva rede de cuidados de saúde primários, que valorizem e motivem os profissionais de saúde de forma a evitar a saída para os privados e para o estrangeiro e que os dinheiros públicos sejam utilizados para melhorar esta grande conquista de abril e não para alimentar projetos privados que por objetivo essencial tem apenas a geração de lucros financeiros.-----

Ao longo dos anos, o SNS gerou ganhos em saúde que colocaram Portugal ao nível do da Europa e reduziram muitas das desigualdades que durante décadas nos marcaram.-----

Pelo respeito a todos os que se empenharam na sua construção, continuaremos a lutar por um serviço nacional de saúde universal e gratuito em que todos tenham as mesmas oportunidades de acesso, sem discriminação de meios, raça ou crença.-----

Ao longo destas quatro décadas foi grande a mudança provocada no SNS e transformou-se num dos mais decisivos contributos para a consolidação do Estado democrático e para



o seu reconhecimento como instrumento construtor de cidadania. O SNS “melhorou a qualidade de vida, a justiça social, a confiança e a dignidade dos portugueses”. O SNS mudou Portugal!-----

Viva o Serviço Nacional de Saúde.-----

Os eleitos da CDU.-----

Constância, 25 de Setembro de 2019”-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU), para apresentar uma declaração sobre o campo de Futebol Municipal:-----

Declaração-----

“Campo de Futebol Municipal Declaração -----

Após uma primeira tentativa efectuada no anterior mandato ter sido inviabilizada, a Casa do Povo de Montalvo viu agora ser aprovada uma candidatura apresentada ao PRID – (Plano para a reabilitação de Instalações Desportivas) com o objetivo da construção de balneário no valor de Quinze mil euros (15.000€).-----

Todos nós conhecemos bem o processo de construção do Campo de Futebol Municipal e do esforço que todos os intervenientes fazem para manter esta prática desportiva no Concelho, não podendo deixar de realçar a Casa do Povo de Montalvo, através dos seus dirigentes e animadores desportivos, os atletas e seus familiares.-----

A Câmara Municipal, em parceria com a Casa do Povo, desenvolveu o processo de candidatura e comprometeu-se, conforme declarações nesta Assembleia por parte do Senhor Presidente da Câmara, a financiar a parte não comparticipada, no entanto, chegada a hora da assinatura dos contratos tal não foi possível devido à falta de apresentação dos projetos exigidos.-----

A falta de palavra para com os acordos estabelecidos e a posição delicada em que deixou a Casa do Povo de Montalvo perante a entidade financiadora e a perda de quinze mil euros (15.000€), só podem, no mínimo, merecer a mais forte censura à Câmara Municipal que geriu este processo no mínimo com uma grande displicência.-----

Para a CDU, esta não pode ser a forma de gerir a Autarquia. É preciso profissionalismo, responsabilidade e seriedade para que todo o pouco dinheiro que nos é disponibilizado seja investido nos equipamentos que mais necessários são ao bem estar dos seus munícipes.-----

O Executivo Camarário com esta atitude prejudicou seriamente o desenvolvimento do futebol no concelho e a motivação de todos os intervenientes no processo.-----

O desinteresse demonstrado perante a necessidade urgente da existência de balneários no Campo de Futebol Municipal, é revelador de que ao fim de dois (2) anos de mandato, o

Executivo Municipal continua sem estratégia e ou interesse, para aproveitar verbas que lhe são disponibilizadas com vista a uma coerente dinâmica de desenvolvimento desportivo.-- Por último, a CDU alerta e faz votos para que no futuro tais práticas não voltem a acontecer.-----

Os eleitos da CDU.-----
Constância, 25 de Setembro de 2019".-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões apresentadas. Quanto à saudação apresentada pela Senhora Deputada Maria do Rosário Martins (CDU), referiu que o Serviço Nacional de Saúde foi uma mais valia para o desenvolvimento do País e concordava em quase tudo o que tinha sido dito na saudação e, nunca era demais relembrar António Arnaut, como o fundador do Serviço Nacional de Saúde.-----

Relativamente ao que o Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) referiu sobre os balneários disse não querer entrar em grandes questões referentes aos mesmos e às candidaturas. Quando as questões envolviam Associações, esses assuntos deveriam ser discutidos entre a Câmara Municipal e as Associações. O que tinha acontecido tinha sido que quando da submissão da candidatura, o que era exigido era uma simples memória descritiva, e depois, deram-lhes um prazo de vinte dias para submeter o projeto de execução, o que não era viável. Não tinham tempo, nem a nível interno dos técnicos da Câmara Municipal nem de empresas externas para submeter. Ainda tinha sido pedida uma prorrogação de prazo, mas mesmo assim, o prazo que lhes deram tinha sido muito curto.-----

A Casa do Povo não tinha ficado nada manchada junto desta entidade, o que combinaram foi de que se iria realizar uma reunião o quanto antes, nomeadamente durante o mês de setembro ou outubro com vista a agilizar a candidatura com todos os documentos que eram exigidos, para que no próximo ano, quando o PRID (Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas) abrisse novamente, submeter toda a documentação correta para que se recebesse esse apoio. Era verdade que estavam quase a fazer dois anos de mandato, mas também era verdade que sempre disse que começariam pela questão da iluminação, pela questão da rega e depois pelos balneários. A iluminação estava concluída, a rega estava a decorrer e depois seriam os balneários.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra, para referir que sobre esta questão não tinha nada a rebater, no entanto surpreende-o que não tenha havido a capacidade, diligências e o trabalho necessário, para que neste entretanto não se conseguissem fazer os procedimentos todos, não só entre a feitura da memória descritiva e depois o prazo de aprovação da candidatura, mas no próprio prazo de vinte dias. Lembrou que, o Lar de



Santa Margarida, um projeto de dois milhões e meio de euros, tinha sido feito em trinta dias para apresentar candidatura, ora para uma obra de quarenta ou cinquenta mil euros, punha dúvidas que não tivesse sido possível fazer o projeto, esta era uma questão. Uma outra questão era que nunca esta Câmara Municipal, que se lembrasse, tinha perdido dinheiro a fundo perdido, sendo esta a primeira vez que uma candidatura aprovada de quinze mil euros se perdia.-----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder ao Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU), dizendo que o mundo tinha mudado e hoje já não era possível a Câmara Municipal ir à loja da esquina e comprar de imediato uma caixa de pregos, isso tinha acabado. Os procedimentos de contratação pública eram complexos, só um processo de contratação pública nem que fosse só para aquisição de um serviço de projeto do mais simples que existia, no mínimo demorava um mês, só com a aquisição do serviço. A realidade era esta e tinham que viver com ela porque era a que existia.-----

O Senhor Deputado Natércio Candeias (PS) pediu a palavra para referir que compreendia a preocupação do Senhor Deputado Rui Ferreira mas, recordava-se bem que há uns anos atrás, a Câmara se dizia empenhada num projeto do Centro de Dia em Montalvo. Projeto já elaborado, reunindo todas as condições para ser executado e se tinha feito de surda, despercebida ou pouco esclarecida das condições que eram necessárias para que o mesmo fosse financiado. Em concreto, todos sabiam a essa data, que antes de ser construído o Lar de Santa Margarida, já o projeto do Centro de Dia em Montalvo existia, lamentando que nessa data também se tivesse deixado abalar esse dinheiro e ninguém tinha conseguido esclarecer nessa altura, a condição que era necessária para que o mesmo tivesse sido exequível e aproveitados esses fundos.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu novamente a palavra para referir que o Senhor Deputado Natércio Candeias estava completamente equivocado, tinham sido feitos na altura dois projetos para Lar e Centro de Dia para Montalvo, pagos pela Câmara Municipal, não se conseguindo financiamento para eles. Quando surgiu a questão do Lar de Santa Margarida, a Comissão Local de Ação Social reuniu com o Senhor João Ganhão, uma vez que havia candidaturas abertas para um lar, para definir quem se candidatava ao Lar, se a Santa Casa da Misericórdia, se a Associação Humanitária de Montalvo. Nessa altura já parte do projeto para o Centro de Dia estava pago e o Senhor João Ganhão não tinha concordado, dizendo que já tinha um projeto e a garantia para se fazer o Centro de Dia. Referiu que o Senhor Governador Civil na altura, Dr. Paulo Fonseca, também tinha interferido nessa questão, referindo que havia dinheiro para um Centro de Dia em Montalvo, tendo o Senhor João Ganhão abdicado da construção do Lar, porque já tinha

garantias do Centro de Dia, depois, não tinha feito nem uma coisa nem outra. Felizmente que a Misericórdia se tinha candidatado a fazer o Lar em Santa Margarida. Referiu para quem tivesse dúvidas, poderia recorrer às atas da Comissão Local da Ação Social onde tudo estava descrito.-----

O Senhor Deputado Natércio Candeias (PS) voltou a pedir a palavra, referindo que não pretendia tirar dividendos históricos nem trazer à palavra o Senhor João Ganhão. Tratava-se de uma pessoa que na sua condição e por tudo o que tinha lutado não merecia isso. Era uma pessoa empenhada, lutadora e já não estava entre os vivos para repor os factos.- Não havendo mais intervenções, passou-se ao período da Ordem do dia.-----

O Senhor Presidente da Assembleia informou que seria retirado o Ponto Oito da Ordem de Trabalhos “ Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de desafetação da parcela de domínio público municipal”, porque existiram alterações significativas ao processo e solicitou à Senhora Secretária Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva ordem de trabalhos.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1. Período reservado à intervenção do público;-----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de política fiscal para 2020 – IMI, Derrama, IRS e TMDP – Para deliberação;-----
3. Análise, discussão e eventual aprovação da transferência de competências para as Autarquias Locais ao abrigo da Lei nº50/2018, de 16 de Agosto, e respetivos diplomas setoriais – proposta de não aceitação – Para deliberação;-----
4. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de adenda à prestação de contas relativas ao exercício de 2018 – Para deliberação;-----
5. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de alteração ao mapa de pessoal para 2019 e respetivo anexo (1ª alteração) – Para deliberação;-----
6. Dispensa do âmbito de aplicação da Lei nº 8/2012, de 21 de Janeiro, e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho – Ano de 2019 – Para conhecimento;-----
7. Informação anual relativa às entidades participadas pelo Município de Constância – Para conhecimento;-----
8. Apreciação de informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro – Para conhecimento;-----
9. Outros assuntos de interesse.-----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o Edital e a Ordem de Trabalhos a votação,

Bo
M

tendo sido aprovada por unanimidade. -----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO - O Senhor Presidente da Assembleia questionou se existia alguém no público que pretendesse fazer qualquer intervenção, pelo que respondeu positivamente o Sr. Luís Gonçalves de Constância, cuja intervenção se transcreve: “ Boa noite a todos são vários os assuntos que pretendo apresentar nesta Assembleia e que passo a apresentar.-----

A) Comunicação aos munícipes-----

1 – Via CTT-----

Foi retomada a distribuição em papel de faturas de consumos de água. Termina definitivamente a entrega Via CTT (Caixa Postal Eletrónica), ou será feita em paralelo? Podemos conhecer as razões?-----

2 – Quadro de Informações na Praça-----

A falta de algum critério ou cuidado em afixar papeis, a ação do vento e chuvas, o descuidado manuseamento ou a abusiva afixação por entidades alheias, impedem a visualização da informação útil.-----

Sugiro a adoção de um sistema diferente de informação: um **display de notícias eletrónico, ou circuito TV no Telheiro** e noutros sítios devidamente protegido, que poderia ser rentabilizado com publicidade.-----

B) Diversos-----

3 – Lei 88/2019 – (Lei das beatas)-----

A Câmara já definiu formato, cor e modo de fixação junto à entrada de estabelecimentos não fumadores dos recipientes para o depósito de resíduos indiferenciados e seletivos, obrigatórios por esta lei?-----

Vai a Câmara negociar (e porque não criar modelo próprio e mandá-los fabricar) a compra em quantidades para conseguir melhor preço para os privados?-----

4 – Dia Mundial do Turismo 2020.-----

Em parcerias com entidades públicas, privadas e religiosas, deveria ser planificado um evento que promovesse Constância, uma espécie de apresentação à Comunicação Nacional e Internacional, das Infraestruturas turísticas, Património e História, convidando também uma figura chave da tutela do Turismo. Uma visita guiada ao património e pontos de interesse turístico completariam a ação de promoção, após um almoço composto por, pelo menos, uma iguaria que identifique Constância.-----

5 – Preservação ambiental.-----

A eventual receita alcançada com o pagamento por estacionar junto aos rios aos sábados, domingos e feriados, poderia constituir um fundo para a manutenção ambiental e para a



promoção do Concelho.-----

6 – Concursos públicos para a concessão de exploração de espaços.-----

Deveria ser uma exigência o concorrente vencedor mudar a sede ou residência particular permanente para o concelho de Constância.-----

Outra condição: a prestação de um **Termo de Responsabilidade Avaliado** para garantir o cumprimento do contrato. -----

Na decisão da escolha de concessionário deveriam ser valorizados o Valor da Oferta, a Qualidade do Projeto refletido em Memória Descritiva, o Percorso Profissional do Candidato.-----

Deveriam ser dados incentivos ao concessionário por cada posto de trabalho ocupado por pessoas do concelho, comprovando que lhes pagou os salários durante, pelo menos 9 meses consecutivos (esta seria a forma mais justa, transparente e motivadora da política de isenções)”.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal se pretendia responder ao Senhor Luís Gonçalves. O Senhor Presidente da Câmara informou que tinha tomado boa nota das questões apresentadas pelo Senhor Luís Gonçalves e lhe faria chegar uma resposta por escrito, dado tratarem-se apenas de sugestões.-----

PONTO 2 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE POLÍTICA FISCAL PARA 2020 – IMI, DERRAMA, IRS E TMDP – PARA DELIBERAÇÃO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos.-----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que relativamente à política fiscal para o ano de dois mil e vinte, propunham a manutenção dos valores atualmente em vigor, ou sejam:-----

IMI (Imposto Municipal Sobre Imóveis) de 0.35% a aplicar em dois mil e dezanove com referência aos valores patrimoniais de dois mil e dezanove;-----

Redução da Taxa de IMI em função do número de dependentes que integram o agregado familiar;-----

Majoração em triplo da taxa de IMI aplicável nos casos de prédios urbanos que se encontram devolutos há mais de um ano, e de prédios em ruínas;-----

Majoração em dobro da taxa de IMI aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, mediante levantamento detalhado dos prédios que reúnem as condições previstas no referido diploma;-----

Taxa de derrama de 1,5% a aplicar em dois mil e vinte, com referência ao lucro tributável sujeito e não isento de IRC (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas) referente ao ano de dois mil e dezanove;-----

Taxa de participação variável no IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares) de 5% a aplicar aos rendimentos de dois mil e vinte e a arrecadar em dois mil e vinte e um;-----

Taxa municipal de direitos de passagem de 0,25% a aplicar em dois mil e vinte;-----

Disse serem receitas próprias do município fundamentais para o desenvolvimento da sua própria atividade ao longo do ano.-----

O Senhor Presidente da Assembleia questionou os Senhores Deputados se tinham alguma questão a apresentar.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Carmen Silva (MIC) referindo algumas correções que tinha detetado no documento, assim como o agravamento do IMI para os prédios rústicos que estavam ao abandono e para os prédios urbanos devolutos, e, como é que se processava o levantamento dessas propriedades e se já tinha sido feito esse levantamento.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Joaquim Santos (CDU) para fazer algumas correções ao documento e pedir uma explicação relativamente à aplicação das taxas de IMI nas datas mencionadas.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) referindo que relativamente à majoração sobre os prédios devolutos há mais de uma ano e prédios em ruínas, estava de acordo, particularmente na freguesia de Constância, na parte histórica da Vila onde existia uma dinâmica de compra e venda razoável mas, para Santa Margarida e Montalvo, tinha dúvidas se seria justo aplicar esta majoração, tendo em conta que o mercado de compra e venda em Santa Margarida era o que era e, parte das habitações degradadas eram de pessoas sem recursos. A Freguesia de Santa Margarida precisava de uma outra alavancagem e não seria por esta via que se minorava a sua desertificação.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara começou por responder à Senhora Deputada Carmen Silva, confirmando que se tratava de uma troca de valores, já detetados na reunião de Câmara. Como os documentos já tinham sido enviados aos Senhores Deputados, não tinha havido possibilidades de os corrigir.-----

Quanto às questões apresentadas pelo Senhor Deputado Rui Ferreira, sobre os prédios devolutos e de prédios em ruínas, existiam dois diplomas legais que estabeleciam os

critérios para considerar um prédio devoluto e um prédio em ruínas. Para o prédio devoluto existia do Decreto-Lei nº 159/2006 de 8 de Agosto alterado, e republicado o Decreto-lei Nº 67/2019 de 21 de Maio e, para o prédio em ruínas existia a Portaria nº 1192-2/2006. Prédios devolutos consideravam-se os prédios que não tinham contratos de água e eletricidade há pelo menos um ano. Hoje mesmo a EDP tinha enviado essa relação com os prédios nos quais não existia contador de luz e, a Câmara Municipal estava a elaborar a relação dos que não tinham contrato ou atualizações de valores de água muito alto. Prédios em ruínas, obrigava a que a Divisão dos Serviços Técnicos fizesse a respetiva vistoria e que atestasse que o prédio estava em ruínas para aplicação da majoração do IMI (Imposto Municipal sobre Imoveis). Os critérios estabelecidos eram estes.-----

Relativamente à questão que o Senhor Deputado Joaquim Santos tinha colocado, o Senhor Presidente pediu à Dra. Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira para explicar a questão.-----

A Dra. Marisa Figueiredo começou por referir que sobre a aplicação da taxa de IMI, o que era hábito fazerem era, proporem uma taxa a aplicar para o ano seguinte, neste caso seria proposta a taxa a aplicar para dois mil e vinte, e seria calculada com referência aos bens patrimoniais detidos a 31 de Dezembro de dois mil e dezoito. Entretanto, na aplicação do Portal das Finanças verificavam que quando submetiam as taxas de IMI anuais (por exemplo este ano ia tentar submeter as taxas de IMI e o único ano disponível que tinha para o efeito era o ano de dois mil e dezanove), fazia-lhe alguma confusão porque estávamos a deliberar dois mil e vinte. Tinha feito um contacto com a Direção Geral do IMI e falado com a responsável por esse serviço que muito amavelmente se tinha mostrado bastante colaborante explicando detalhadamente a situação. Dessa explicação tinha verificado que os procedimentos anteriores não estavam corretos, estavam a deliberar sempre para o ano anterior, ou seja os cálculos e o valor que iriam arrecadar, estavam bem calculados mas para o ano anterior e tinham que deliberar neste caso sobre a taxa a aplicar em dois mil e dezanove, porque incidia sobre os bens patrimoniais de dois mil e dezanove. A única coisa que estava mal era a forma como estava agendada, porque contabilisticamente estava tudo certo e os valores que projetaram e que iam arrecadar no ano seguinte, também estavam bem apurados, consonantes com os dados disponibilizados pela Autoridade Tributária.-----

O Senhor Presidente da Câmara retomou a palavra para referir que relativamente à intervenção que o Senhor Deputado Rui Ferreira tinha feito sobre o mercado imobiliário da Freguesia de Santa Margarida, era verdade. Em Santa Margarida provavelmente não se vendia nem se comprava tanto como em Constância ou Montalvo, porque eram freguesias



com dinâmicas diferentes, no entanto, também era verdade que quando aparecia alguém a querer comprar alguma coisa, muitas vezes os preços também eram exorbitantes. Muitas das habitações que iriam ser atingidas por esta medida eram de pessoas que tinham um conjunto de casas, em que as próprias diziam que não recuperariam nem punham à venda. Assim, a autarquia tinha que tomar as medidas que estavam ao seu alcance de política fiscal para combater esta situação. Paralelamente a isto, estavam a desenvolver um Regulamento de Apoio e Incentivo à Reconstrução e Construção, nomeadamente para Santa Margarida.-----

A Senhora Deputada Carmen Silva (MIC) voltou a pedir a palavra para dizer que ficou sem saber o que se iria passar em relação aos prédios rústicos que estavam ao abandono, cheios de mato, como se iria saber quem eram os seus proprietários? Quais os artigos? Se já tinham feito esse levantamento?-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que esse trabalho era feito pelo Gabinete Técnico Florestal. Quanto aos prédios ao abandono e cheios de mato, referiu que já tinham sido feitas cerca de cem notificações de limpeza de terrenos.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dois a votação, sendo o mesmo (IMI; DERRAMA; IRS; TMDT) aprovado por unanimidade.-----

PONTO 3 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS AO ABRIGO DA LEI Nº 50/2018, DE 16 DE AGOSTO, E RESPETIVOS DIPLOMAS SETORIAIS – PROPOSTA DE NÃO-ACEITAÇÃO – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que como era do conhecimento de todos existia um conjunto de competências que o Município não tinha aceite em dois mil e dezanove. A proposta que vinha à Assembleia era de não aceitar no exercício de dois mil e vinte, nomeadamente, no respeitante às áreas protegidas, à habitação, à cultura e à educação. Relativamente à saúde, não tinha ido logo à reunião de Câmara, tinha sido logo encaminhado diretamente à Assembleia Municipal, porque necessitavam de informações complementares para tomarem uma decisão se aceitavam ou não já em dois mil e vinte a saúde. Como as informações obtidas tinham sido poucas para aquilo que pretendiam, por uma questão de prudência, propunham não as aceitar em dois mil e vinte, e continuar com o processo negocial sobre esta questão. Deu conta que



relativamente à proteção animal, esse Diploma Legal, tinha sido suspenso pela Assembleia da República.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para referir que era conhecida a posição da CDU sobre as transferidas de competências, no entanto, gostava de saber por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente à educação e à saúde, quais foram os pontos em que divergiram. Pretendia saber se existia uma pré disposição para aceitar essas competências e quais eram as razões concretas que levaram à não aceitação.-----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra informando que, quanto à Educação, não se tratava de uma questão de números, a questão essencial que estava em cima da mesa, eram um conjunto de procedimentos de contratação pública que não tinham capacidade de imediato de satisfazer. Essa era a razão da não aceitação já em dois mil e vinte. Quanto à questão da saúde, prendia-se esta sim, com números. Aquilo que era proposto, nomeadamente em algumas rúbricas, achavam que não era suficiente tendo em conta os dados que possuíam, obtidos através de consultas a diversas empresas. O que estava a ser proposto ficava muito aquém do necessário, dessa forma, entenderam não aceitar.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira voltou a pedir a palavra para referir que depreendia das palavras do Senhor Presidente que as questões das redes de águas e eletricidade nas escolas tinham valores assegurados pois, eram obras necessárias a fazer no futuro.-----

O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Deputado Rui Ferreira, dizendo que a Administração Central lhe tinha solicitado o levantamento de algumas necessidades na área da saúde, equipamentos de educação, equipamentos culturais e outro, que necessitavam de intervenções. Essa relação tinha sido enviada, incluindo a Escola Secundária, o Centro de Saúde em Constância e a Extensão de Saúde em Santa Margarida, confiavam que iria haver financiamento para este tipo de intervenções nos equipamentos.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 4 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ADENDA À PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2018 – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos.-----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara começou por referir que como todos

sabiam, a CCDRLVT (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo) analisava a prestação de contas e tinham detetado uma divergência de cerca de dois euros e sessenta cêntimos, no mapa de empréstimos e endividamentos reportados. O que vinha à Assembleia era a aprovação dessa pequena divergência.-----
Não havendo intervenções sobre este ponto, o mesmo foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

PONTO 5 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2019 E RESPETIVO ANEXO (1ª ALTERAÇÃO) – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia lembrou que tinha sido previamente colocada nos lugares dos Senhores Deputados, uma alteração à deliberação da Câmara Municipal, uma vez que a proposta de alteração ao mapa de pessoal para dois mil e dezanove tinha sido aprovada por maioria e não por unanimidade conforme constava no documento inicial que tinha sido enviado aos Senhores Deputados.-----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra, começou por referir que a alteração ao mapa de pessoal dizia respeito a um lugar previsto de Assistente Técnico na Biblioteca. A alteração era retirar esse lugar a prover de Assistente Técnico na Biblioteca e transitá-lo para o Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais. -----

Não havendo intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com três abstenções da bancada da CDU.-

PONTO 6 - DISPENSA DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LEI Nº 8/2012. DE 21 DE JANEIRO, E DO DECRETO-LEI Nº 127/2012, DE 21 DE JUNHO – ANO DE 2019 - PARA CONHECIMENTO-----

O Senhor Presidente da Câmara deu conta que tal como no ano transato, o município cumpria os limites de endividamento e assim, estava dispensado da aplicação destes dois Diplomas Legais. Pretendia apenas dar conhecimento à Assembleia.-----

PONTO 7 - INFORMAÇÃO ANUAL RELATIVA ÀS ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA – PARA CONHECIMENTO-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que era um documento apenas para conhecimento da Assembleia Municipal sobre as entidades em que o município tinha participação e o impacto destas nas contas do município.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) para questionar se, com a alteração jurídica da Resitejo, se mantinha a dívida de duzentos e vinte e três mil euros, para a Câmara de Constância, uma vez que tinha havido alteração no tipo de empresa, e como é que iria funcionar no futuro?-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu, dizendo que tinha sido criada uma nova entidade, à partida equilibrada e, tudo fariam para que mantivesse esse equilíbrio para que não tivesse impactos na dívida na Câmara Municipal. A nova empresa ainda não estava em pleno funcionamento e mais não poderia adiantar.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

PONTO 8 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PARA CONHECIMENTO-----

A Senhora Deputada Carmen Silva (MIC) pediu a palavra para referir que da análise que tinha feito ao documento, existia uma atividade que se tinha prolongado por vários dias, referia-se ao Passeio Convívio 2019 – Alcobaça – Nazaré. Pretendia saber o que se tinha passado. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Maria do Rosário Martins (CDU), referindo que tinha algumas questões para apresentar. A primeira, o porquê de se proceder novamente ao aluguer de uma nova fotocopiadora, assim como, um aluguer em regime de Leasing de uma varredoura de aspiração em estado semi novo. Seria mais vantajoso fazer um aluguer de um equipamento semi novo? Tinha compreendido que o contrato se referia a trinta e seis meses e no máximo de novecentas horas, questionando se o equipamento se destinava às três freguesias ou só a uma, porque de dividir as novecentas horas pelos trinta e seis meses, dava um número irrisório de horas. Ainda na mesma rubrica aquisição de bens e serviços, qual era a explicação para terem feito uma avença com uma animadora para o espaço cidadão e não uma assistente técnica. Depois, tendo em conta uma das últimas respostas que o Senhor Presidente da Câmara lhe tinha feito chegar, a RLIS (Rede Local de Intervenção Social) terminava a treze de dezembro deste ano, gostaria de saber se a Câmara ia assumir por completo a intervenção a nível social com os seus técnicos? Pela descrição assim parecia. Também na descrição do GIP (Gabinete de Inserção Social), que ajudava na elaboração de candidaturas, pretendia saber se os itens a seguir neste acompanhamento aos beneficiários através de medidas do IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional) eram medidas do GIP (Gabinete de Inserção Social), ou eram medida diferentes? Depois, quando se falava da dinamização da Loja Social, se era feita a nível de voluntariado ou, por técnicos da Câmara? Por último, quando se referiam a participações em reuniões de trabalho no sector do Desporto e da Segurança Rodoviária, se era algum projeto novo a desenvolver neste ano letivo 2019/2020, e se era a Câmara a entidade dinamizadora do mesmo?-----



O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para apresentar duas questões no âmbito da Protecção Civil. A questão do PIAC (Programa Integrado de Apoio à Comunidade), que cada vez mais estava na ordem do dia e, as questões das alterações climáticas. Não tinha sido por acaso que a ONU (Organização das Nações Unidas) tinha terminado hoje mesmo uma cimeira sobre estas questões, complexas e complicadas. Mesmo existindo esta consciência, nem por isso deixávamos de fazer um aeroporto em reserva ecológica protegida. No que dizia respeito à nossa região, a Comunidade Intermunicipal tinha feito um plano pelo qual tinha pago cerca de vinte mil euros. Gostava de saber se o município de Constância tinha tido em linha de conta essas questões, para orientação do Plano de Intervenção das Alterações climáticas, que tinha custado dinheiro a todos os municípios, inclusivamente à Câmara de Constância, dando como exemplo negativo a reconstrução do Espaço Cabral Moncada, para a poupança de água e de químicos, tal como o plano recomendava. Também, tendo em conta este plano, não entendia como é que eram permitidos alguns abates de árvores, como por exemplo a árvore em frente aos Bombeiros e no Parque de Estacionamento junto ao antigo Posto de Turismo. Isto em sua opinião não se coadunava com os estudos científicos que estavam a ser feitos. Referiu igualmente as regas do Campo de Futebol de Montalvo com água da rede, sendo urgente mudar comportamentos. Também relativamente à floresta, não tinha sido feito nenhum investimento, faltavam estradões, pontos de água, limpeza de terrenos municipais e reflorestação. Era preciso ter uma maior atenção aquilo que eram as indicações e os estudos da Comunidade Intermunicipal. Se o Plano tinha custado cerca de vinte mil euros à Comunidade, uma parte dessa verba era da Câmara de Constância.----- Por último, gostaria de saber mais sobre as contas da varredoura que a Câmara de acordo com a sua interpretação, tinha adquirido em Leasing com a possibilidade de compra. Sendo uma viatura usada, tinha dúvidas se a Câmara podia adquirir viaturas em segunda mão em sistema de Leasing, para além disso, três anos e novecentas horas, custar cinquenta e sete mil duzentos e quarenta euros mais IVA dava que pensar, não conhecia nenhuma máquina que custasse setenta e oito euros/hora. Depois, as novecentas horas a dividir por trinta e seis meses, dava vinte e cinco horas por mês. Alguma coisa não batia certo! Gostava de saber se a Câmara Municipal entendia que este era um bom negócio.----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.----- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara começou pela questão apresentada pela Senhora Deputada Carmen Silva, sobre o Passeio Convívio Alcobaça – Nazaré, informando que se tratavam de vários dias, porque era um Passeio Convívio do Idoso, com



idosos de todas as freguesias do concelho, e, Santa Margarida era composta por cinco lugares. A Pereira como era o lugar mais pequeno tinha ido em conjunto com Vale de Mestre. Os eleitos tinham-se dividido pelos vários dias do Passeio, envolvendo cerca de quinhentos idosos e quase duas semanas de uso do autocarro.-----

Quanto às questões que a Senhora Deputada Maria do Rosário Martins tinha colocado, deu-lhe conta que no parque de fotocopiadoras do município, umas eram do município e outras estavam alugadas a diferentes empresas. Algumas delas já estavam com graves problemas de funcionamento, o que tinham feito, tinha sido lançar um concurso público para a aquisição em regime de aluguer, de um conjunto de fotocopiadoras. Tinha reduzido o número de fotocopiadoras por serviço, otimizando os custos. Atualmente, todas as fotocopiadoras existentes no parque do município, eram em regime de aluguer. Quanto à questão da varredoura, disse responder à questão, na resposta ao Senhor Deputado Rui Ferreira.-----

Relativamente à questão da Avença respondeu que a Câmara Municipal já tinha uma Avença com a Dra. Susana Silva que assegurava o GIP, a única diferença era deixar de estar a meio tempo e passar a tempo inteiro, assegurando quer o GIP quer o Espaço Cidadão.-----

Quanto à questão da RLIS era uma questão sobre a qual ainda não tinham tomado uma decisão. Relativamente à dinamização da Loja Social, referiu que os voluntários eram poucos, mas não era só uma questão de voluntariado, os técnicos da autarquia acabavam por participar também na Loja Social com algumas horas de trabalho. Sobre o Projeto da Segurança Rodoviária em conjunto com as crianças, disse não estar em condições de responder e faria chegar a resposta por escrito.-----

Relativamente às questões que o Senhor Deputado Rui Ferreira tinha colocado, começou por referir que quanto às alterações climáticas, obviamente que o município tinha essa preocupação no desenvolvimento das atividades que fazia. Quanto ao Largo Cabral Moncada, referiu mais uma vez que aquele espaço estava sujeito a um conjunto de condicionantes de impermeabilização, impeditivas da aplicação de betão ou alcatrão. Sendo um espaço na entrada da Vila, merecia ser digno, bonito e enquadrado naquilo que era a traça da Vila. Quanto ao abatimento de árvores na Estrada Nacional nº3, não tinha havido nenhuma alteração legislativa e a jurisdição das Estradas Nacionais pertencia às Infraestruturas de Portugal. No caso concreto, tinham andado a substituir a sinalética na Estrada Nacional e tinham abatido algumas árvores. Quanto aos cedros cortados junto ao antigo Posto de Turismo, atual Espaço Cidadão, depois de uma avaliação de pessoas entendidas, verificaram que metiam mau aspeto naquele espaço e criavam imenso lixo

naquela zona e decidiram cortá-las. Quanto à rega do Campo de Futebol, referiu que fazer um furo artesiano naquele lugar fazia sentido, mas de momento tinha sido a solução encontrada, não descartando a hipótese de no futuro se adotar outra solução para evitarem gastar água da rede. Relativamente às ações de limpeza da floresta, referiu que os terrenos municipais, à exceção do terreno por baixo da A23, em que se tinha iniciado a limpeza apenas esta semana, todos os outros tinham sido intervencionados. Não havia nenhum terreno municipal que não tivesse sofrido intervenções por parte do município ou de empresas externas, dando como exemplo Constância Sul, onde uma empresa com uma máquina de rastos tinha procedido à limpeza, custando à Câmara Municipal cerca de trezentos euros.-----

Relativamente à varredoura começou por referir que a antiga trabalhava dois dias e avariava, e com cerca de quinze anos já não era compensatório mandá-la reparar, recordando que a Câmara Municipal ainda andava a pagar o empréstimo de cem mil euros aquando da sua aquisição. Presentemente, a forma de Leasing Operacional, era a forma mais leve que os municípios tinham para adquirir os equipamentos. Recordou que a retroescavadora que o município possuía atualmente também tinha sido adquirida em Leasing Operacional que terminava no próximo mês de Novembro. O município teria que pagar o montante de vinte mil euros para exercer o direito de aquisição, enquanto, que se fosse comprar o equipamento novo, provavelmente custaria cerca de oitenta mil euros. Era mais fácil o município durante determinados meses pagar uma prestação e no final do contrato ter a opção de compra, sendo que este Leasing Operacional para esta varredoura era diferente dado o seu valor, qualquer reparação ou mesmo substituição das escovas e pneus era da responsabilidade da empresa, a Câmara Municipal não gastava um único cêntimo na sua manutenção. Uma outra vantagem era ser uma varredoura ligeira que qualquer trabalhador com carta de ligeiros a podia conduzir, enquanto a anterior era uma varredoura pesada, apenas trabalhadores com carta de pesados a podiam conduzir, limitando a operacionalização da mesma. Quanto à questão das horas pediu ao Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos, Senhor Engenheiro Jorge Heitor que esclarecesse essa questão.-----

O Senhor Engenheiro Jorge Heitor no uso da palavra explicou que no contrato que foi feito de Leasing Operacional para a Varredoura, as novecentas horas referidas no documento em análise eram as horas que a máquina tinha naquele momento. A varredoura era semi nova, com um ano de utilização e cerca de novecentas horas. As novecentas horas eram portanto, as horas que a máquina tinha aquando do contrato. O que estava previsto no contrato era que o número de horas máximo de utilização seriam mil horas. Informou que

o equipamento em análise era um equipamento como já tinha referido com um ano e com novecentas horas e ia custar com o IVA, cerca de setenta mil euros incluindo toda a manutenção. A máquina nova custava cerca de cento e trinta mil euros, o dobro do que a Câmara Municipal iria pagar em três anos e só para a sua manutenção era necessário despendir um valor bastante significativo. A primeira mensalidade seria paga já em Setembro.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) voltou a pedir a palavra para agradecer o esclarecimento dado pelo Senhor Engenheiro Jorge Heitor, referindo que o documento que tinha recebido era enganador quanto à sua interpretação. Quanto às árvores na Estrada Nacional nº 3, referiu ter dúvidas que a Câmara Municipal não tivesse conhecimento do seu corte. Sobre os cedros fazerem muito lixo, então por essa teoria teriam que cortar as árvores todas que estavam na Avenida. Disse que quando se referiu à limpeza dos terrenos municipais, um desses terrenos estava por de trás da escola C+S, que era imperdoável não ter sido limpo.-----

O Senhor Presidente da Câmara pediu novamente a palavra para referir que às Infraestruturas de Portugal competia a manutenção e segurança da Nacional nº 3, e foi isso que entenderam fazer agora.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Carmen Silva (MIC), para dizer que relativamente às horas da varredoura, em sua opinião a confusão assentava no facto do tempo de uma máquina não ser em Quilómetros mas sim em horas, questionando qual a razão dos municípios nunca terem pensado em cooperarem entre si, um ter uma varredoura, outro ter uma retroescavadora.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Farinha (PS) referindo que no ponto seis, era dito que tinha sido feito um pedido de esclarecimento ao Turismo de Portugal, quanto ao ponto de situação da candidatura da requalificação do Parque Ambiental de Santa Margarida, pelo que pretendia saber se já tinham alguma resposta.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Rogério Palácio (CDU) para questionar o executivo sobre o ponto de situação da recuperação do Cine Teatro, para quando voltar a ter Cinema em Constância?-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à Senhora Deputada Carmen Silva, dizendo que num mundo ideal e perfeito seria assim, no entanto, no mundo em que vivemos não era exequível, dando como exemplo o município de Constância que era pequenino e o da Barquinha aqui ao lado, que também não era



muito maior. Constância e Barquinha tinham uma única retroescavadora, acontecia uma rotura de água sensivelmente ao mesmo tempo nos dois Concelhos, como é que resolviam este problema? Não era possível, cada qual teria que possuir a sua estrutura para conseguir dar resposta às necessidades das suas populações.-----

Quanto à questão apresentada pela Senhora Deputada Isabel Farinha, o Parque Ambiental era um equipamento importante para o concelho e para a região e estava num estado que não deixava ninguém satisfeito. Ir ao Parque Ambiental e ver o estado em que se encontrava não deixava ninguém indiferente. Explicou que tinham apresentado uma candidatura ao Turismo de Portugal há cerca de um ano e até à presente data não tinham recebido qualquer resposta. O que tinha feito foi pedir uma reunião ao Turismo de Portugal para tentar ver se a situação se desbloqueava, porque neste momento era dos equipamentos municipais que ainda não tinha sofrido nenhuma requalificação, felizmente todo o resto passo a passo estava a ser requalificado e a ser colocado nas condições devidas.-----

Relativamente à questão do Cine Teatro, as obras estavam a decorrer e gostaria que até final do ano ficassem concluídas. Estavam em contacto com empresas que operam no mercado, tendo em vista o possível regresso do cinema ao cineteatro.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO 9 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Carmen Silva (MIC) solicitando um esclarecimento em relação ao ponto de situação do período de carência de rendas do Parque de Campismo, se ainda estava em vigor, se ia ser prolongado, ou já tinha terminado?-----

A Senhora Deputada Ana Sofia Sousa (CDU) pediu a palavra para questionar o executivo sobre o controlo do ruído da A23, na zona da Capareira. Disse ter conhecimento através da comunicação social que as Estradas de Portugal pretendiam minimizar os efeitos do ruído naquela zona. -----

O Senhor Deputado Joaquim Santos (CDU) pediu a palavra para apresentar uma questão que se prendia com reuniões com os proprietários de casas que estavam em más condições. Questionou se já tinham sido feitas reuniões com os proprietários? Qual a expectativa geral e em particular na freguesia de Santa Margarida da Coutada?-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Rogério Palácio (CDU) começando por lamentar o facto de nesta assembleia o nome de Santa Margarida estar muito presente nas diversas intervenções, levando-o a refletir do porquê? Ou seja, ao que se deixou chegar Santa Margarida, mas ficaria para outra altura. A questão que queria apresentar dizia respeito ao

ponto de situação sobre a fibra ótica. Disse já ter contactado a Altice e lhe tinham garantido que o processo estava em desenvolvimento, pelo que gostaria de perceber se era agora que iam ter motivos para fazer festa em Santa Margarida.-----

Pedeu a palavra o Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) referindo que tinha algumas questões para apresentar, começando por solicitar o ponto de situação do antigo talho, se a pessoa que o alugou estava a pagar a renda e se tinha licença para as obras/demolições no seu interior?-----

O Senhor Presidente tinha referido que se estava a fazer outra candidatura para o financiamento da margem do Zêzere, tinha ideia de que já havia um financiamento aprovado anteriormente para a margem do Zêzere e gostava de confirmar.-----

Gostava de saber o motivo pelo qual não tinham sido ainda entregues as Atas solicitadas nesta Assembleia das diversas Comissões.-----

Também gostava de saber que contratos ou protocolos existiam com o Senhor Felipe La Féria, era frequente ver os Outdoors com cartazes de Teatros em vez de atividades do Concelho e não tinha conhecimento que os senhores tirassem licenças na Câmara e pagassem. Gostava de saber qual era a relação existente.-----

Sobre a Oliveira colocada por ocasião do Centésimo aniversário da Primeira Guerra Mundial na Zona Industrial de Montalvo, sugeriu que a tirassem por estar seca, ou então fizessem qualquer coisa para evitar que a oliveira estivesse desprezada.-----

Questionou o executivo sobre a notícia de que nos Bombeiros Voluntários de Constância havia algumas pessoas que não recebiam há dois meses, fora os subsídios de Natal e de férias. Gostava de saber se a Câmara estava a acompanhar a situação, porque se tinha aprovado nesta Assembleia por maioria, a atribuição dessas competências. Não era só a questão do socorro, tratava-se de uma instituição com cerca de trinta funcionários e aproximadamente vinte famílias que estavam no nosso concelho, tinham um peso significativo e deveríamos estar todos preocupados.-----

Por último, referiu uma outra preocupação para todos, o conhecimento que a nossa escola do ano passado para este ano, tinha perdido setenta e sete alunos e que o maior número de alunos perdidos foi do segundo ciclo, o que significava que muitos alunos passaram do primeiro ciclo para o segundo e não tinham ficado no nosso concelho. Era uma situação muito preocupante que em seu entender, tinha a ver com algumas medidas tomadas como a extinção do transporte pago para meninos fora do concelho. Se a escola tinha perdido no primeiro ciclo, cerca de quarenta alunos, significava que daqui a quatro anos não teria ensino secundário. Gostava que se ponderasse e discutisse muito bem esta questão,

porque poderia não ser só da extinção do subsídio dos transportes, mas tinha tido um grande peso.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara começou por responder à Senhora Deputada Carmen Silva, sobre o período de carência de rendas, referindo que a proprietária tinha iniciado este mês o pagamento da renda e não ia haver mais períodos de carência.-----

Quanto à questão que a Senhora Deputada Ana Sofia Sousa tinha colocado, confirmou algumas notícias veiculadas na Comunicação social sobre a questão do ruído que a A23 provocava na zona da Capareira. Tinha havido alguma troca de correspondência entre ele e alguns moradores daquela zona, tendo na altura decidido fazer uma reunião com todos com o objetivo de ouvir as suas preocupações. Tinha-lhes dito que era um assunto que, quer a Câmara Municipal, quer a Assembleia Municipal no seu todo, já tinham feito chegar às Infraestruturas de Portugal e a resposta tinha sido que em dois mil e vinte, iam substituir a pavimentação da A23 por forma a reduzir o impacto do ruído.-----

Da reunião com os moradores tinha ficado acordado o seguinte; no mês de outubro/novembro, a câmara iria colocar/plantar uma coluna de cedros junto à vedação da auto-estrada. Quando essa faixa de cedros estivesse devidamente fechada, o que ocorreria num espaço temporal de cinco ou seis anos, eliminavam uma faixa de árvores que incomodavam as pessoas na questão dos incêndios e, entupiam os algerozes e as caleiras das casas. Este tinha sido o acordo estabelecido do qual tinham elaborado um documento assinado por todos os presentes. Depois dessa reunião e dessa notícia ser veiculada pela comunicação social, tinha recebido um e-mail das Infraestruturas de Portugal a dizer que estavam também a ponderar a colocação de barreiras sonoras. Este era o ponto de situação.-----

Relativamente à questão que o Senhor Deputado Joaquim Santos tinha colocado, informou que não tinha feito reunião nenhuma com os proprietários, nem tencionava fazer, a única reunião que teve, tinha sido com a proprietária de uma habitação contígua com a antiga loja do estabelecimento Comercial Maria José em Aldeia de Santa Margarida e na altura o proprietário desse estabelecimento lhe tinha enviado uma queixa por problemas de humidade por o telhado dessa habitação ter muitas telhas fora do sítio. Tinha falado com a proprietária para reparar o telhado, a qual no final lhe tinha respondido que não vendia nem fazia obras.-----

Lamentou o facto de na Freguesia de Santa Margarida existirem ruas onde quase não habita ninguém, com edifícios em ruínas, muitos deles pertencentes a pessoas que já não tinham ligações à terra nem viviam este problema. Era preciso fazer um esforço para que os proprietários percebessem que quando queriam vender uma coisa, não pensassem que tinham ali uma mina de ouro. Disse que o executivo conjuntamente com os técnicos estavam a preparar um Regulamento tendo em vista o incentivo à reconstrução de habitação em Santa Margarida.-----

Quanto à questão que o Senhor Deputado Rogério Palácio tinha colocado, as informações que tinha eram de que a fibra ótica iria ser uma realidade em Santa Margarida. Ainda hoje tinham recebido uma comunicação prévia, visando o início dos trabalhos e, para além dessa comunicação prévia, tinha uma mensagem do Relações Públicas da Altice respondendo a uma questão que lhe tinha colocado, à qual tinha respondido que a fibra ia avançar. Uma empresa desta envergadura não iria assumir um compromisso destes, para depois falhar. A fibra ótica ia ser uma realidade em Santa Margarida. Os timings previstos apontavam para o fim do ano estar a funcionar. -----

Em resposta ao Senhor Deputado Rui Ferreira, em relação ao antigo talho, disse que o projeto de licenciamento estava aprovado e o senhor pagava as rendas. Confirmou que tinham começado a demolição sem autorização, foi avisado, entregou o processo de licenciamento, estava licenciado e tinha o alvará para poder iniciar as obras, assim arranje um construtor civil. Relativamente às atas, era uma questão de verificação, não sabia em concreto quais as atas que faltavam. Sobre a questão do Filipe La Féria, recordou que há uns meses um grupo de pessoas do Concelho tinham ido ver uma revista a Lisboa gratuitamente, sendo o preço de cada bilhete cerca de trinta euros. Fazia parte desse acordo a dita publicidade. Quanto à questão da oliveira na Zona Industrial, não estava seca como referia e seria podada e limpa a partir do mês de Janeiro.-----

Relativamente à questão dos Bombeiros Voluntários de Constância, disse não possuir mais informação do que a transmitida pela última vez. Não lhe tinham feito chegar nenhuma alteração, formalmente não sabia como estava a situação dos Bombeiros, inclusivamente tinham definido uma calendarização de reuniões mensais com o Senhor Comandante e ultimamente não tinha aparecido nas reuniões. Para além do memorando que tinha enviado não sabia mais nada oficialmente e a Câmara Municipal não podia guiar a sua ação por aquilo que ia ouvindo.-----

Quanto à questão da Escola, era preciso deixar claro o seguinte; a escola tinha perdido de fora do concelho, vinte e sete alunos e do concelho tinha perdido sessenta. A questão dos passes tinha sido uma medida que o município tinha tomado na redução da

comparticipação para alunos fora do concelho, mas, recordou que no âmbito da redução do Plano Tarifário, esses alunos continuam a ter um desconto de quarenta por cento no passe escolar. Seria demasiado redutor achar que os pais colocavam os filhos na escola de Constância só porque a Câmara Municipal comparticipava o passe escolar. Os pais escolhiam pôr os filhos na escola de Constância, pela qualidade da escola, os passes eram uma falsa questão.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Senhor Deputado Rui Ferreira que, quanto à questão das atas das várias comissões, o Senhor Presidente da Câmara tinha tomado boa nota do assunto e, se não tinham sido entregues era por não estarem disponíveis e reiterava o pedido.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira voltou a pedir a palavra para dizer que pretendia que lhe fosse facultado o acordo entre o município e o Senhor Felipe La Féria, para perceber melhor.-----

Sobre a questão dos Bombeiros, tinha compreendido que as reuniões mensais com o Comandante dos Bombeiros Voluntários deixaram de ser feitas com essa periodicidade. Em sua opinião, era um assunto deveras importante. O Senhor Presidente deveria chamar os Bombeiros para perceber o que se passava.-----

Relativamente à Escola, afinal ainda eram mais alunos do que lhe tinham reportado e o deixava ainda mais preocupado. Era um assunto a ter em atenção.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Pereira (PS), para referir que a mudança do Posto de Turismo que tinha causado inicialmente algumas reservas, tinha partilhado dessa opinião, acabou por ser bem acolhida, fruto da nova sinalética em particular do painel informativo, a afluência tinha aumentado.-----

Mencionou a Festa Jovem como uma boa iniciativa, lamentando no entanto, o encerramento da barraca das bebidas pelas das duas horas da manhã. Uma Festa Jovem, num sábado à noite em agosto, com a música a tocar, prolongando-se por mais cerca de uma hora e trinta minutos e não haver qualquer tipo de bebida, deveria ser uma situação a rever no futuro. Continuou, apresentando uma questão relacionada com a única loja de artesanato da Praça Alexandre Herculano. Para que surjam mais áreas de negócio na Vila era em sua opinião necessário criar incentivos que, quando se tratasse de edifícios municipais, poderiam passar por rendas sazonais, como acontecia no Concelho de Vila Nova da Barquinha. A Loja de Artesanato (loja do Pedro) estava em risco de fechar cuja principal razão era o facto de trabalharem quatro ou cinco meses e, com o dinheiro que conseguiam nesses meses tinham de suportar o resto do ano com rendas e impostos. O município deveria ter uma outra sensibilidade para este assunto. Seria melhor para o



concelho a Câmara receber seis meses de renda por ano e manter o negócio aberto do que fechar por insolvência.-----

Continuando no uso da palavra, referiu alguma preocupação relativamente à aplicação da lei das beatas de cigarros. De acordo com o seu entendimento, os espaços comerciais ficariam com a responsabilidade da limpeza das beatas do chão num espaço exterior de cinco metros. Disse ter visto em alguns municípios, mandarem fazer cinzeiros para distribuir pelos comerciantes para que estes os colocassem ao dispor dos clientes e cidadãos comuns, parecia-lhe melhor, se a Lei fosse aplicada, serem todos iguais.-----

Como a lei dos prédios devolutos em que deveria imperar o bom senso. O que não faltava na Vila eram casas devolutas e em estado de ruína, mas também existiam algumas casas em que os proprietários simplesmente as tinham fechadas, como não tinham contador de luz nem gastavam água durante um ano, teriam que pagar mais IMI (Imposto Municipal Sobre Imóveis). Era da opinião que algumas situações deveriam ser revistas e analisadas caso a caso. Também em relação à escola, teceu alguns comentários, disse ter a sua opinião e muito dificilmente esta perda de alunos seria invertida num futuro próximo.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara começou por responder às questões apresentadas pelo Senhor Deputado Pedro Pereira sobre as dificuldades e possível encerramento da Loja de Artesanato, referindo que na semana anterior tinha falado com a Senhora Sara Nunes, proprietária da Loja na Praça Alexandre Herculano. Aquele espaço tinha sido concessionado por concurso público, ou seja, outras pessoas estavam interessadas naquele espaço e a Câmara Municipal não podia mudar as regras durante a execução do contrato, a única forma de alterarem a renda, seria lançarem um novo procedimento com a renda mais baixa do que aquela que pagavam atualmente que eram, cento e oitenta euros mensais. Para que isto pudesse acontecer era necessário um novo procedimento concursal com uma renda mais baixa e, umas das partes teria de denunciar o contrato e correr o risco de aparecer outra empresa qualquer que ficasse com o espaço. Tinha sido o conteúdo da conversa que tinha tido com a proprietária e lhe tinha transmitido. Percebia que no inverno, pagar cento e oitenta euros, mais água, luz e tirar o salário da pessoa que estava na loja não seria fácil, mas neste momento as opções eram estas.-----

Relativamente à questão dos cinzeiros e das beatas, já tinha dado uma vista geral na Lei, não em pormenor, e tinham um ano para se adaptarem a esta nova legislação e o município assim que tivesse uma posição tomada informaria. Já tinha reparado que alguns municípios começaram a colocar cinzeiros, mas isso tinha outros contornos.-----

Sobre a questão dos prédios devolutos respeitava a opinião e registava.-----

Voltando à questão dos Bombeiros Voluntários, fez questão de salientar para que não existissem dúvidas, que se alguém se tinha preocupado com os Bombeiros Voluntários e com a situação dos Bombeiros Voluntários tinha sido ele, tinha feito imensas reuniões com o Centro Hospitalar do Médio Tejo e com os fracos conhecimentos que tinha, tentou desbloquear a situação. Tinha tentado analisar em direito qual era a solução mais equilibrada para ambas as partes. Era solidário com os Bombeiros, com as famílias e com os trabalhadores dos Bombeiros, no entanto, quando ia para uma reunião, com ou sem divergências naturais ou políticas pedir ajuda ou com dificuldades, o jogo deveria ser limpo e os pratos todos colocados em cima da mesa! Não deveriam mostrar umas coisas e esconder outras e, virem às reuniões dizer uma coisa e lá fora dizerem outra, isso não era forma de trabalhar. O compromisso que aqui deixava era no dia seguinte, seguir um ofício dirigido à Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância, a questionar qual era a situação dos Bombeiros. Se existissem problemas em que a Câmara Municipal pudesse dentro da lei, ajudar em alguma coisa, tudo fariam para ajudar, no entanto, que ninguém pensasse que o município poderia legalmente pagar salários a funcionários. Poderiam transferir um subsídio para qualquer coisa, mas não para pagar ordenados. Das responsabilidades que o município tinha assumido com os Bombeiros Voluntários, constavam o pagamento da Luz, pagamento da água e o pagamento da equipa de Intervenção permanente, essas responsabilidades estavam assumidas. Ainda há pouco tempo a Câmara tinha adquirido um Tablet para a questão das plataformas dos incêndios e tinha-o oferecido aos Bombeiros Voluntários, no valor de duzentos euros. Se aquilo que lhe tinha sido dito informalmente fosse verdade, era uma situação grave. Mas há uns meses atrás havia forma de o ter evitado se tivesse havido bom senso em aceitar um conjunto de sugestões que tinham sido colocadas em cima da mesa. Enquanto Presidente de Câmara não podia impor a sua vontade ao Centro Hospitalar do Médio Tejo, nem à Associação Humanitária que tinha órgãos sociais próprios.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Natércio Candeias (PS) para referir que na sequência das preocupações com os Bombeiros que aqui tinham sido descritas, nomeadamente pelo Senhor Deputado Rui Ferreira, não sabia se ele tinha conhecimento mas, de uma forma informal e para conhecimento, dava conta que em termos de aceitação de sócios, não aceitavam ninguém com mais de sessenta e cinco anos e, em sua opinião, era uma forma de desperdiçar receitas para não fazer outros considerandos.-----

Outra questão que o preocupava e chamava a atenção para a situação, era a segurança rodoviária, já tinha abordado este assunto e prometeu que iria continuar a fazê-lo até a

situação se resolver, dizia respeito a uma passadeira na EN3, junto à Churrasqueira Manú. Em sua opinião, não se tratava apenas de uma benfeitoria, mas de uma necessidade em termos de segurança.-----

O Senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra para dizer que não se tratando de questões propriamente ditas a necessitarem de uma resposta e, não havendo mais intervenções, passaria à leitura da Minuta da Ata, pedindo para o efeito à Segunda Secretária para a ler.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nelas constantes possam produzir efeitos imediatos.-----

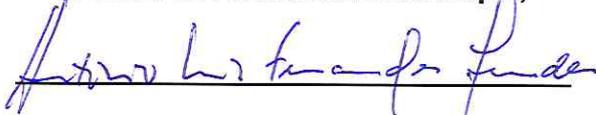
-----**ENCERRAMENTO**-----

E não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e vinte e dois minutos.-----

A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,



MARIA TEREZA SOARES DE AZEVEDO


Cozta Silveira